



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

TERMO DE REFERÊNCIA

**PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA
JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA, E
IDOSOS COM MAIS DE 60 ANOS COM OU
SEM DEFICIÊNCIA, EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL.**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que contém o conjunto de parâmetros e elementos descritivos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação e que possibilita a avaliação do custo pela Administração, bem como a definição da estratégia de suprimento, dos métodos e do prazo de execução.

Assim, o presente documento configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento da demanda indicada.

2. DO OBJETO

O acolhimento institucional está previsto na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais como um dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e tem por objetivo a proteção de crianças, jovens, adultos e idosos que demandam proteção do Estado, consistindo na disponibilização de abrigo institucional com espaço para moradia, endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, banho e higiene pessoal, vestuário e pertences, com pessoal habilitado, treinado e supervisionado por equipe técnica capacitada, para auxiliar nas atividades da vida diária.



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

Objetiva-se, através do referido serviço, garantir a proteção integral ao idoso e pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade e/ou com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, que não dispõem de condições de autossustentabilidade, e retaguarda familiar temporária ou permanente.

Considerando a impossibilidade administrativa do Poder Executivo de executar diretamente o Serviço de Acolhimento Institucional, dada a necessidade de locação ou construção de espaço adequado, contratação de mão de obra específica, manutenção, entre outras diversas, que somam um custo exacerbado e atualmente inviável, a demanda consiste na disponibilização do serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência, e idosos com mais de 60 anos com ou sem deficiência, em situação de vulnerabilidade social, vivência de situações de violência e negligência sem condições de autossustentabilidade, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Frente às solicitações do Ministério Público, expedição de Ordens Judiciais e avaliações da rede socioassistencial encaminhadas a Secretaria de Assistência Social, torna-se necessário a convocação de interessados em prestar serviços de Proteção Social de Alta Complexidade, nas modalidades de residência inclusiva e instituição de longa permanência para idosos, a fim de garantir a proteção integral e contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos, promovendo assim, a garantia legal de moradia digna para pessoas idosas e com deficiência.

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida tem como parâmetro a estimativa de pessoas que se pretende acolher entre idosos e portadores de necessidades especiais, de acordo com a quantidade de pessoas já encaminhadas para instituições de acolhimento nos últimos anos, enquanto o custo foi estabelecido conforme pesquisa de preços em anexo.

Neste contexto, vislumbra-se ser necessário abertura de vagas conforme discriminado abaixo:



Estado de Santa

Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000

Fone (48) 3245-4301

Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

ITE M	DESCRIÇÃO	QTD DE VAGA S	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
1	Serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), para pessoa idosa com dependência GRAU I	10	4.512,00	45.120,00
2	Serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), para pessoa idosa com dependência GRAU II	10	5.550,00	55.500,00
3	Serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), para pessoa idosa com dependência GRAU III	10	6.200,00	62.000,00
4	Serviço de acolhimento em Residência Inclusiva para pessoas com deficiência, com nível de dependência GRAU I	10	5.366,66	53.666,60
5	Serviço de acolhimento em Residência Inclusiva para pessoas com deficiência, com nível de dependência GRAU II	10	5.766,66	57.666,66
6	Serviço de acolhimento em Residência Inclusiva para pessoas com deficiência, com nível de dependência GRAU III	10	7.718,77	77.187,70

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

Para definir a forma de contratação mais adequada ao caso, deve-se observar a impossibilidade administrativa do Poder Executivo de executar diretamente o Serviço de Acolhimento Institucional, dada a necessidade de locação ou construção de espaço adequado, contratação de mão de obra específica, manutenção, entre outras diversas, que somam um custo exacerbado e atualmente inviável, e a necessidade de maior agilidade na absorção das demandas encaminhadas pelo Serviço de Proteção de Alta Complexidade do Município.

Dito isso, o credenciamento de pessoas jurídicas aptas ao acolhimento institucional se mostra o meio mais viável e econômico para a Administração Pública, haja vista que alguns acolhimentos decorrem de ordens judiciais com prazos exíguos de cumprimento e a utilização de um único edital de credenciamento possibilita que o Município disponha da maior rede



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

possível de prestadores de serviços, com capacidade técnica comprovada, e obedecendo os padrões mínimos de funcionamento definidos

O procedimento a ser adotado encontra respaldo no art. 74, inciso IV e art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo por finalidade o credenciamento de instituições interessadas e dispostas a prestar o serviço, que, em eventual necessidade e em razão do prévio credenciamento, poderão ser contratadas via inexigibilidade:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

De mais a mais, tendo em vista que o serviço podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado, tem natureza de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo que bastante o termo de referência para instruir o processo.

Se for conveniente para a Administração Municipal, a Secretaria Municipal de Assistência Social poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste termo de referência.

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

4.1. REQUISITOS NEGATIVOS

4.1.1. Serão admitidos a participar deste credenciamento somente pessoas jurídicas que estejam legalmente estabelecidos na forma da lei, para os fins do objeto credenciado, que têm como atividade econômica a assistência social prestada em residências coletivas e particulares, com instalações em distância não superior a 100 Km (cem quilômetros) do Município de Santo Amaro da Imperatriz.

4.1.2. Não poderão disputar essa licitação:

4.1.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

- 4.1.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.1.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.1.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.1.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.1.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.1.2.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.1.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.1.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.4. O impedimento de que trata o item 4.1.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.2. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

- 4.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 4.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 4.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 4.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 4.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 4.2.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

- 4.2.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 4.2.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.3. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO SOCIAL, FISCAL E TRABALHISTA

- 4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 4.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 4.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 4.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 4.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.3.8. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

- 4.3.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.10. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 4.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 4.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

4.5. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 4.5.1. Declaração de aceitação do Edital, assumindo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais.
- 4.5.2. Regimento Interno da Instituição.
- 4.5.3. Alvará de Licença de Localização e Funcionamento, expedido pelo Poder Executivo Municipal.
- 4.5.4. Alvará do Corpo de Bombeiros para comprovar que tem permissão para funcionar com condições seguras, obedecendo aos parâmetros legais contra incêndio e pânico.
- 4.5.5. Alvará da Vigilância Sanitária autorizando ocupação e uso de imóvel após a vistoria prévia das condições físicas sanitárias.
- 4.5.6. Identificação do profissional responsável técnico de nível superior, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional.
- 4.5.7. Declaração de que a instituição cumpre a composição mínima de equipe para atender de forma qualificada a quantidade de acolhidos **conforme normas**



Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

regulamentadoras vigentes, com a presença de profissionais atuantes nas funções de: responsável técnico, psicólogo, cuidadores, profissional com formação de nível superior para desenvolvimento de atividades de lazer, auxiliar de higiene e limpeza, serviço de lavanderia e cozinha, e demais profissionais necessários ao bom atendimento do acolhido conforme o grau á que a entidade se credenciar.

- 4.5.8. Declaração de que o local de execução do serviço dispõe de recursos de infraestrutura e instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e garantir a acessibilidade a todas as pessoas com mobilidade reduzida, **conforme normas regulamentadoras vigentes**, inclusive às seguintes exigências específicas: Hospedagem com quartos mobiliados, cama hospitalar quando necessário; Sala de atividades; Lavanderia; Refeitório; Refeições com alimentação balanceada; Acessibilidade; Rampas, Escadas e Ambiente com condições de higiene e limpeza adequadas.
- 4.5.9. Inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, em conformidade com o Parágrafo Único, Art. 48 da nº Lei 10.741 de 2003, para a modalidade de Instituição de longa permanência para idosos (ILPI).

5. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

- 5.1. O edital estará vigente por prazo indeterminado, até disposição da autoridade competente em sentido contrário, enquanto durar a necessidade da Administração, ficando à disposição do público, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, nos termos do disposto no artigo 79, parágrafo único, I, da Lei nº 14.133/2021, procedendo-se à contratação conforme a necessidade da Administração Pública Municipal.
- 5.2. O credenciado deverá assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação; não o fazendo, o direito à contratação caducará, estando o Município autorizado a convocar o próximo interessado.
- 5.3. Os contratos gerados a partir do credenciamento terão vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado até o limite de 5 (cinco) anos, conforme necessidade da Administração Pública, dado sua natureza continuada.



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

- 5.4.** A contratação decorrente deste credenciamento poderá ser rescindida, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que a contratada, por isso, tenha direito a qualquer reclamação ou indenização, salvo pelos serviços executados até o momento da rescisão.

6. MODELO DE GESTÃO

- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4.** Todo e qualquer requerimento da contratada para o Município deverá se dar mediante protocolo no Setor de Protocolos ou Cidadão Web, com menção expressa ao processo licitatório em questão, sendo que, eventuais comunicações do Município para com a contratada se darão por intermédio de ofício, também expressamente vinculado ao processo licitatório em questão, a ser dirigido para o endereço eletrônico que será indicado pela contratada em sua proposta.
- 6.5.** A Secretaria Municipal de Assistência Social, através da equipe do Serviço de Proteção de Alta Complexidade do Município, realizará acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de avaliações periódicas, visitas, auditorias, comunicações escritas, sendo as intercorrências registradas em relatórios anexados à documentação do credenciado.
- 6.6.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

7. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO;



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

O serviço será contratado e prestado conforme demanda.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1.** Assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se, ainda, por qualquer dano ocorrido em decorrência da má realização destes serviços, causados tanto ao contratante como a terceiros, desde que a responsabilidade lhe seja imputável.
- 8.2.** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas quando da sua assinatura.
- 8.3.** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato.
- 8.4.** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado.
- 8.5.** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, greves, faltas ao serviço e demissões, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- 8.6.** Oferecer acolhimento integral e ininterrupto.
- 8.7.** Solicitar a readequação do grau de dependência do acolhido, quando necessário, mediante apresentação de atestado e relatório técnico fundamentado, expedido por profissional técnico devidamente habilitado, o qual será avaliado e aprovado ou não pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 8.8.** Não efetuar cobrança de qualquer valor excedente para os procedimentos constantes neste edital, dos acolhidos ou de seus responsáveis, acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição de declaração de inidoneidade e responsabilização civil e criminal.
- 8.9.** Facultar à Administração as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, controle e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência, permitindo livre acesso dos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social, a qualquer tempo, a todas as informações relacionadas direta ou indiretamente com o acolhimento.
- 8.10.** Notificar à Administração Pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso tenha interesse em se descredenciar, sob pena de incidência de sanções



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

administrativas previstas nos editais específicos, independente das sanções civis na forma da lei.

- 8.11.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto vinculado ao serviço prestado.
- 8.12.** Se responsabilizar pela guarda dos documentos do acolhido, sejam físicos ou eletrônicos.
- 8.13.** Disponibilizar todos os materiais necessários para manutenção do acolhido, tais como alimentação, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução do objeto contratado, com exceção de fraldas e medicamentos.
- 8.14.** Garantir o direito à saúde dos acolhidos, que compreenderá atendimento médico e exames de rotina, cumprimento das recomendações médicas e/ou fornecimento, administração, dispensação, controle e guarda dos medicamentos prescritos obedecendo os critérios estabelecidos, assim como o transporte ou serviço de remoção, e um profissional cuidador para acompanhá-lo e permanecer com o mesmo, enquanto for necessário.
- 8.15.** Garantir o socorro imediato em caso de enfermidade ou acidente, assim como o transporte ou serviço de remoção caso seja necessário encaminhar o acolhido para o serviço médico de emergência e um profissional cuidador para acompanhá-lo e permanecer com o mesmo, enquanto for necessário, inclusive em caso de internação hospitalar.
- 8.16.** Favorecer o convívio familiar e comunitário, a utilização dos demais equipamentos e serviços disponíveis na comunidade onde a unidade está localizada.
- 8.17.** Respeitar os costumes, tradições e a diversidade como: as diferentes faixas etárias, os arranjos familiares, religião, gênero, orientação sexual, raça ou etnia.
- 8.18.** Garantir a alimentação, que deve compreender no mínimo 06 (seis) refeições por dia (desjejum, café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e colação), preparadas de forma a suprir todas as suas necessidades nutricionais, respeitando-se as restrições por prescrição médica e os aspectos culturais locais.
- 8.19.** Garantir a segurança e integridade do acolhido através do acompanhamento e apoio de cuidador profissional nas atividades da vida diária (higienização, alimentação, locomoção, uso de medicação, etc.) segundo a limitação de cada um.
- 8.20.** Garantir a higienização pessoal, compreendendo a permanência em ambiente limpo e asseado, direito a uso dos banheiros para asseio e higiene pessoal,



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

acesso aos produtos de limpeza e higiene pessoal, receber roupa de uso pessoal lavada e passada, roupas de cama e banho limpas.

- 8.21.** Em caso de falecimento do acolhido, providenciar laudo médico para emissão da certidão de óbito, emissão de certidão de óbito e demais documentos hábeis; promovendo a articulação necessária para a conservação do corpo até a efetivação do traslado, devendo ainda, informar o fato imediatamente à credenciante e familiares, quando houver.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

- 9.1.** As contratações para a prestação dos serviços de que este instrumento convocatório trata dar-se-ão de forma direta, por inexigibilidade de licitação, através do sistema de credenciamento, com arrimo no disposto no art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021,
- 9.2.** Conforme a necessidade de acolhimento de usuários, após encaminhamentos feitos respeitando os fluxos internos, a Coordenação do Serviço de Proteção de Alta Complexidade do Município fará contato com as credenciadas, respeitando a ordem cronológica dos credenciamentos, para verificação da disponibilidade.
- 9.3.** A distribuição da demanda se dará de forma paralela e não excludente, possibilitando a contratação de todos os credenciados habilitados, de acordo com a demanda da Secretaria de Assistência Social.
- 9.4.** Conforme o surgimento de necessidade de acolhimento, o saldo de vagas será rateado de forma rotativa e igualitária entre as instituições credenciadas, segundo o grau de atendimento informado pela contratada no momento da inscrição, garantindo a igualdade de oportunidade entre os interessados.
- 9.5.** A execução iniciará após a identificação de vaga e encaminhamento do acolhido.
- 9.6.** O serviço deve ser organizado em consonância com os princípios, diretrizes e orientações das legislações relacionadas ao Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, em especial: Lei Federal nº 8.742 de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), Resolução CNAS nº 145 de 2004 (Política Nacional de Assistência Social - PNAS), Resolução CNAS nº 33 de 2012 (Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS), Resolução CNAS nº 269 de 2006 (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS), Resolução



Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

CNAS nº 109 de 2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais) e a Resolução RDC nº 502/2021.

- 9.7. O serviço deve ser executado em instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, com acessibilidade a todas as pessoas com dificuldade de locomoção, de forma integral e ininterrupta, ou seja, 24 horas por dia.
- 9.8. Fica expressamente vedado ao contratado a terceirização de seus serviços ou qualquer outra modalidade de contrato.
- 9.9. **Pessoas com vínculo de parentesco ou afinidade – casais, irmãos, amigos, etc., devem, preferencialmente, serem institucionalizadas na mesma unidade, com a oferta de compartilhamento do mesmo quarto para casais, de modo a prevenir práticas segregacionistas e o isolamento.**

10. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

- 10.1. O Município, subsidiado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.
- 10.2. Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de serviços no prazo de 02 (dois) meses serão descredenciados.
- 10.3. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 10.4. Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

11. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;



Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
 - i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes penalidades:
- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
 - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, por 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
 - iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
 - iv) **Multa**:
 - (1) moratória de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
 - (2) moratória de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

- (a) O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (3) compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
- 11.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 11.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 11.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 11.5.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

- 11.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
- 11.10.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- 11.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução desta aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária:

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 11.0001.2.233- 3390.39.99
(27.1.501.7000.000)**

13. FORMA DE PAGAMENTO

- 13.1.** O Município efetuará o pagamento à Contratada mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com as Fazendas Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e da Certidão de Regularidade com FGTS.
- 13.2.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando as especificações, a quantidade, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada pelo setor competente, e dar-se-á mediante ordem bancária.



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

- 13.3.** Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 13.4.** As Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão relacionar a quantidade dos produtos, indicando o preço unitário em reais (R\$), o preço total em reais (R\$) e, por fim, o preço global da Nota Fiscal em reais (R\$).
- 13.5.** Para o reembolso das despesas emergenciais não supridas pela Credenciante, a Credenciada deverá encaminhar cupom fiscal emitido em nome do paciente ou da Credenciada, com cópia do receituário médico e demais documentos necessários, sob pena de não ser efetivamente reembolsada, em até 30 (trinta) dias consecutivos.

14. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

O valor do contrato sofrerá correção somente após o período de 12 (doze) meses, conforme o Índice acumulado do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mediante requerimento do contratado.

15. GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica.

16. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

Não se aplica.

17. QUANTIDADE DE ITENS A SEREM CONTRATADOS

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida tem como parâmetro a estimativa de pessoas que se pretende acolher entre idosos e portadores de necessidades especiais, de acordo com a quantidade de pessoas já encaminhadas para instituições de acolhimento nos



**Estado de Santa
Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000
Fone (48) 3245-4301
Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.**

últimos anos, neste contexto, vislumbra-se ser necessário abertura de vagas conforme discriminado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD DE VAGAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), para pessoa idosa com dependência GRAU I	10	4.512,00	45.120,00
2	Serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), para pessoa idosa com dependência GRAU II	10	5.550,00	55.500,00
3	Serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), para pessoa idosa com dependência GRAU III	10	6.200,00	62.000,00
4	Serviço de acolhimento em Residência Inclusiva para pessoas com deficiência, com nível de dependência GRAU I	10	5.366,66	53.666,60
5	Serviço de acolhimento em Residência Inclusiva para pessoas com deficiência, com nível de dependência GRAU II	10	5.766,66	57.666,66
6	Serviço de acolhimento em Residência Inclusiva para pessoas com deficiência, com nível de dependência GRAU III	10	7.718,77	77.187,70

18. CRITÉRIO E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no [sítio https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf), sendo que, a



Estado de Santa

Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88140-000

Fone (48) 3245-4301

Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 05 de novembro de 2024.

JOSE EDUARDO FREITAS

Secretário de Assistência Social